



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MARINGÁ

Reconhecido pelo MTPS em 27/03/1963 - Sob nº 166.348

SEDE PRÓPRIA: Av. São Paulo, 267 - Fone (0442) 22-4513 - Cx. Postal 1232 - CEP 87013-040 - Maringá-Pr
SUB-SEDES: Av. Manoel Mendes de Camargo, 1447 - Sala 4-A - Fone:(0448) 29-4010 - Campo Mourão - PR
Praça da Bíblia - Altos da Estação Rodoviária - Salas 41/42 - Fone (0446) 22-7732 - Umuarama - PR

BASE TERRITORIAL : MARINGÁ, Alto Paraná, Astorga, Campo Mourão, Cianorte, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Eng. Beltrão, Florai, Floresta, Goio-erê, Iguaçu, Itambé, Jandaia do Sul, Janiópolis, Jussara, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maristela, Nova Esperança, Ourizona, Paicandú, Paraíso do Norte, Paracity, Paranavaí, Peabirú, Pres. Castelo Branco, Santa Fé, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Ivaí, Sarandí, Tamboára, Tapejara, Terra Boa, Umuarama e Uniflor.

Senhores Empresários:

Maringá, Dezembro de 1992

Anexo estamos encaminhando à Vs.Sas., os termos da CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, vigente a partir de 01.12.92, onde consta entre outras as seguintes condições básicas:

1. PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho é de 01 de dezembro de 1992 a 30 de novembro de 1993.

2. CATEGORIAS ECONÔMICAS E PROFISSIONAIS ABRANGIDAS

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange as categorias econômicas e profissionais representadas pelas Entidades Convenientes, compreendidas no 19º grupo da CNI e 1º da CNTM, do Quadro Geral de Enquadramento Sindical, a que alude o artigo 577 da CLT, em suas respectivas bases territoriais.

3. CORREÇÃO SALARIAL

Todos os trabalhadores metalúrgicos terão seus salários reajustados em 01.12.92, com o percentual de **1.464,80%** (hum mil, quatrocentos e sessenta e quatro vírgula oitenta por cento), que incidirá sobre os salários de 01.12.91 já devidamente corrigido pela Convenção anterior.

Esse percentual corresponde 20,0% (vinte por cento) relativo a Convenção anterior aplicado no mês de janeiro/92, mais o percentual de 1204% (hum mil duzentos e quatro por cento) correspondente a correção integral do INPC do período de dezembro/91 a novembro/92, inclusive ao que se refere a Lei 8222 e aumento de produtividade.

4. PISO SALARIAL

A remuneração mínima para os empregados admitidos em dezembro/92 será de Cr\$ **1.310.000,00** (hum milhão, trezentos e dez mil cruzeiros).

Sendo que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao estabelecido para a categoria profissional.

5. TAXA DE REVERSÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Em conformidade com a decisão unânime da Assembléia Geral Extraordinária regularmente convocada nos termos do Estatuto vigente para 16.10.92, em atendimento e observância aos preceitos dos incisos XXVI do artigo 7º e incisos III e IV do artigo 8º da Constituição Federal de 05.10.88, será procedido o desconto no salário de cada empregado, associado ou não, beneficiado ou não do Sindicato Profissional conveniente, a importância de **16% (dezesseis por cento) em duas parcelas de 8% (oito por cento)** sobre o salário remuneração, correspondente ao mês de dezembro/92 e junho/93, a serem pagos até **10.01.93 e 10.07.93** respectivamente.

5.1 - O pagamento da taxa de reversão será efetuado através de guias especiais, que serão enviadas às empresas e deverá ser completada com o envio ao Sindicato Profissional, acompanhada da relação nominativa dos empregados contribuintes, com os respectivos valores. Em caso de não recebimento da guia, a empresa poderá enviar o respectivo valor através de ordem de pagamento nominal ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MARINGÁ, via Banco do Brasil S/A., conta corrente nº 3423-1 ou Caixa Econômica Federal ag. Maringá, conta corrente nº 395.003.686-0, enviando posteriormente ao Sindicato a relação nominal dos empregados e respectivos valores; ou diretamente na Tesouraria do Sindicato.

5.2 - O descumprimento pela empresa, do recolhimento da reversão assistencial a que refere o "caput" desta cláusula no prazo de até o dia 10/01/93, para os descontos efetuados nos salários corrigidos no mês de dezembro/92 e de até 10/07/93, para os descontos efetuados nos salários corrigidos de junho/93, determinará a incidência de multa idêntica a prevista no artigo 600 da CLT com a redação que lhe foi dada pela Lei 6986/82 e nos termos da legislação legal.

5.3 - O referido desconto e recolhimento far-se-á obrigatório para os empregados contratados na vigência desta Convenção, compreendido entre 01.12.92 a 30.11.93. Inclusive para os empregados contratados através de mão-de-obra temporária.

5.4 - Lembramos que: Sendo a reversão assistencial correspondente a 16% (dezesseis por cento) recolhida em duas parcelas de 8% (oito por cento), fica obrigatório o recolhimento da parcela complementar dos empregados cujas rescisões de contrato de trabalho ocorrerem no período compreendido de 01.12.92 a 10.07.93.

5.5 - Alertamos os senhores empresários que o desconto em folha de pagamento e o não recolhimento da reversão assistencial, caracterizará ilícito penal passível de processo criminal na Justiça Competente.

6. Qualquer dúvida na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverá ser solicitado esclarecimento no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá, sito à Av. São Paulo nº 267, ou pelo telefone *22.4513, em horário comercial. E nas cidades de Campo Mourão e Umuarama, através de nossas sub-sedes. (Em Campo Mourão: Rua Manoel Mendes de Camargo, 1477 - Sala 4-A, telefone 29-4010 e Umuarama: Praça da Bíblia, altos da Estação Rodoviária, salas 41 e 42, telefone 22-7732).


Epifânio Magalhães de Oliveira

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 1992

Categorias Econômicas:-

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MARINGÁ.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CAMPO MOURÃO.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE MARINGÁ.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE PARANAÍ.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE UMUARAMA.

Categoria Profissional:-

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MARINGÁ.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO/1992

01 - PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência desta convenção coletiva de trabalho, é de 01 de dezembro de 1992 a 30 de novembro de 1993, exceto as cláusulas 09, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 37, 40, 42, 44, 46, 47, 49, 50, 55, 58, 59, 60, 64, 65 e 66 que terão vigência até 30 de novembro de 1994.

02 - CATEGORIAS ABRANGIDAS

A presente convenção coletiva de trabalho abrange as categorias econômicas e profissionais representadas pelas Entidades Convenientes, compreendidas no grupo 19 da CNI e 1o. da CNTM, do Quadro Geral de Enquadramento Sindical, a que alude o artigo 577 da CLT, em suas respectivas bases territoriais.

03 - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários vigentes em Dezembro/91 serão corrigidos a partir de 01/12/92, com a aplicação do percentual de 20% (vinte inteiros por cento) decorrente do parcelamento da Convenção Anterior (dezembro/91 e janeiro/92) e sobre os valores já reajustados, mais 1.204% (um mil, duzentos e quatro inteiros por cento) correspondente a correção integral do INPC do período de Dezembro/91 a Novembro/92, inclusive ao que se refere a lei 8222 e aumento por produtividade.

04 - COMPENSAÇÕES

Serão compensados todos os reajustes e aumentos espontâneos ou compulsórios concedidos no período de 01/12/91 até 30/11/92, salvo os decorrentes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, mérito, transferência de cargo, função, equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado e aumento real, expressamente concedido a esse título.

05 - ADMISSÕES APÓS A DATA BASE

A correção salarial dos empregados admitidos após a data base (01/12/91), obedecerá os seguintes critérios:-

- a) No salário dos admitidos em funções com paradigma será aplicado o mesmo percentual de correção salarial concedida ao paradigma, até o nível do menor salário da função;
- b) Sobre os salário de admissão dos empregados contratados para as demais funções, respeitadas as condições da cláusula anterior (COMPENSAÇÕES) será aplicada a tabela abaixo:-

aos admitidos:

No mês	Coeficiente	No mês	Coeficiente
Dezembro/91	13,0400	Junho/92	3,5807
Janeiro/92	10,4645	Julho/92	2,9517
Fevereiro/92	8,2794	Agosto/92	2,4087
Março/92	6,6264	Setembro/92	1,9606
Abril/92	5,4280	Outubro/92	1,5754
Mai/92	4,4749	Novembro/92	1,2448

c) nos salários dos empregados admitidos em empresas constituídas após a data-base, será aplicado o critério disposto no item "b", acima;



Handwritten signatures and marks at the bottom of the document.

06 - REVISÃO TRIMESTRAL

Fica estabelecido que na primeira quinzena dos meses de março, junho e setembro de 1992, as partes signatárias desta Convenção Coletiva de Trabalho voltarão a se reunir para avaliar tão somente as condições salariais então vigentes.

Parágrafo único - Se houver imposição legal que obrigue revisão periódica de salário, fica sem efeito a condição do caput. Quanto ao piso salarial, desde que não submetido a mesma imposição legal, as partes comprometem-se a reunir nas datas aprazadas.

07 - PISO SALARIAL

Fica assegurado aos empregados admitidos pelas empresas um salário normativo de Cr\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil cruzeiros) para Dezembro de 1992.

Parágrafo Primeiro - Aos empregados desprovidos de qualificação profissional, nas atividades previstas no GRUPO 19, do quadro a que se refere o artigo 577 da CLT, que tenham sido admitidos a partir de 01/12/92, será garantida a percepção de salário equivalente a 70% (setenta por cento) do piso salarial da categoria, respeitado o valor do piso nacional de salários.

Parágrafo Segundo - Os empregados menores em período de treinamento profissional interno nas empresas, receberão nos primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o salário mínimo instituído por lei, sendo que após este período ou com o atingimento da maioridade, passarão a receber o piso salarial fixado para a categoria.

Parágrafo Terceiro - As empresas não poderão manter em seus quadros funcionais mais do que dez por cento de empregados menores em regime de treinamento, contados os menores aprendizes contratados sob o regime de formação profissional metódica, junto ao SENAI ou outro órgão oficial conveniente, em relação a totalidade do número de empregados registrados.

Parágrafo Quarto - Os menores aprendizes do SENAI terão seus salários fixados nos termos da lei que lhes é aplicado, sendo excluídos da aplicação desta cláusula.

08 - SALÁRIO DO COMISSIONADO

Garante-se ao empregado que recebe exclusivamente Comissão o piso salarial da categoria previsto nessa convenção, quando estas comissões não atingirem o valor do piso salarial.

Parágrafo único - A média das comissões, para efeito de cálculo de décimo terceiro salário e das férias, bem como outras exigências legais, devera ser obtido com o computo da média dos quatro maiores salários, recebidos durante os últimos seis meses.

09 - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO/VALE

As empresas concederão aos seus empregados, que assim solicitarem, adiantamento de salários, nas seguintes condições:-

- a) O adiantamento será de 40% (quarenta por cento) do salário nominal mensal, desde que o empregado já tenha trabalhado, na quinzena, o período correspondente;
- b) O pagamento devera ser efetuado no 15o. (décimo quinto) dia que anteceder o dia do pagamento normal;
- c) Tal direito, nas condições acima estabelecidas, será concedido a partir de janeiro/93, enquanto a inflação mensal se mantiver em patamar superior a 10% (dez por cento);
- d) Deverão ser mantidas as condições atuais mais favoráveis, quanto ao percentual do adiantamento;

10 - PAGAMENTO DO SALÁRIO

As empresas que não efetuam o pagamento em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para o recebimento no banco, dentro da jornada de trabalho, desde que coincidente com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeições.

11 - ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO

No caso de ocorrência inequívoca de diferença de salário, em prejuízo do empregado, na folha de pagamento ou adiantamento, a empresa se obriga a efetuar o pagamento da respectiva diferença, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data da constatação da diferença.



Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page.

12 - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal. As horas extras que excederem a 10 (dez) semanais, contadas a partir de segunda feira, serão remuneradas, na parte que exceder, com um acréscimo de 60% (sessenta por cento) calculado sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Único - As horas extras realizadas em dia destinado a repouso semanal remunerado (domingos e feriados) ou em dias pontes compensados, até o limite de 8 (oito) horas diárias, serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo do recebimento do próprio dia, a que o empregado já fizera jus.

13 - SALÁRIO ADMISSÃO

Será garantido ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho foi rescindido sob qualquer condição, igual salário ao menor salário pago na função, sem considerar as vantagens pessoais.

Parágrafo Único - não se incluem na garantia do item anterior as funções individualizadas, ou seja, aquelas que possuam um único empregado no seu exercício.

14 - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto perceberá os salários do substituído.

Parágrafo Único - A substituição superior a 90 (noventa) dias deixará de ser eventual, passando o substituto a ser efetivado na função do substituído, exceto se estiver sob amparo da Previdência Social.

15 - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão comprovantes de pagamento de salário a seus empregados, com a discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e o valor do recolhimento a ser efetuado na conta vinculada do FGTS.

16 - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

As empresas deverão efetuar na folha de pagamento o desconto das importâncias dispendidas pelos seus empregados, junto ao Sindicato, decorrentes de convênios firmados pelo Sindicato com terceiros tais como, farmácia, mercado, convênio de saúde, seguro, etc., sendo que tais descontos, com pré-anuência do empregado por escrito, ficam limitados em 20% (vinte por cento) do salário nominal, devendo ser repassados ao Sindicato até o dia 10 de cada mês.

Parágrafo único - Fica permitido às empresas, quando oferecido a contra-prestação dos benefícios acima e outros como seguro de vida, alimentação/alimentos, medicamentos, clube/associações, mesmo que subsidiados, o desconto em folha de pagamento, não devendo estes subsídios integrarem a remuneração para qualquer efeito legal.

17 - PROMOÇÕES

A promoção e aumento salarial dela decorrente deverão ser anotadas na CTPS do empregado, não sendo compensável ou dedutível.

18 - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CARTEIRA PROFISSIONAL

As empresas anotarão na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados, suas corretas funções de acordo com a legislação e técnicas em vigor.

19 - PREENCHIMENTO DE VAGAS

- a) As empresas darão preferência ao remanejamento interno de seus trabalhadores em atividade, para preenchimento de vagas de níveis superiores;
- b) As empresas poderão utilizar o balcão de emprego do sindicato;
- c) As empresas, sempre que possível, darão preferência a readmissão de ex-empregados.

20 - DEFICIENTES FÍSICOS

As empresas, na medida de suas possibilidades, promoverão a admissão de deficientes físicos, em funções compatíveis.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

21 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Será vedada a utilização do contrato de experiência, quando da readmissão de empregado para exercer a mesma função, durante o período de 1 (um) ano a contar da data do seu desligamento.

22 - TRABALHO TEMPORÁRIO

As empresas que utilizam trabalho temporário, agenciadas por empresas deste setor, deverão observar o estrito cumprimento da Lei, sendo que o não cumprimento pode acarretar vínculo empregatício normal.

23 - TESTE ADMISSIVAL

- a) A realização de testes práticos operacionais não poderá ultrapassar a 1 (um) dia.
- b) As empresas que possuírem refeitório próprio fornecerão gratuitamente alimentação aos candidatos em testes, desde que estes coincidam com horários de refeição.

24 - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Garante-se a estabilidade provisória da empregada gestante até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, assegurando-se-lhe o direito de, em permanecendo no emprego, amamentar o seu filho, gozando de descanso de 30(trinta) minutos por turno de trabalho.

Parágrafo Primeiro - A critério da Empregada o descanso a que alude o caput da cláusula, poderá ser gozado cumulativamente no início ou término da jornada diária;

Parágrafo Segundo - A comunicação do estado de gestante, devesa ser feita até 30 (trinta) dias após o término do contrato de trabalho, independentemente da forma de aviso prévio.

Parágrafo Terceiro - A garantia acima cessara no caso de rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo entre a empregada e o empregador, com assistência do Sindicato Profissional.

25 - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA

a) Aos empregados que, comprovadamente, manifestam por escrito e na vigência do seu contrato de trabalho, a condição de estarem a um máximo de 18 (dezoito) meses da aquisição do direito a aposentadoria, e que contém com um mínimo de 8(oito) anos na atual empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que falta para aposentar-se.

b) Completados os 30(trinta) anos de serviços, ou período necessário a obtenção de aposentadoria especial, sem que o empregado requeira a aposentadoria, fica extinta esta garantia convencional.

26 - EMPREGADOS COM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

Os empregados selecionados para prestarem Serviço Militar obrigatório, terão estabilidade provisória, desde a convocação até 30 dias após a dispensa pelo órgão das Forças Armadas.

Parágrafo único - As empresas que desejarem poderão reverter estas estabilidades antes da incorporação pela liberação do FGTS, mais um salário a título de indenização além do aviso prévio. Não se aplica o disposto nesta cláusula os casos de rescisão de contrato de trabalho por justa causa, término de contrato a prazo determinado ou experiência e pedido de demissão.

27 - AUXILIO EDUCAÇÃO

Recomenda-se as empresas, utilizarem-se do convenio do ME salário educação para a concessão de bolsas de estudos de 1o. grau em escolas particulares, a filhos de funcionários.

28 - AUXILIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado que receba até 10 (dez) vezes o salário mínimo, como salário nominal, a empresa pagara a título de auxilio funeral, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes, 2 (dois) salários nominais (base). Se o falecimento estiver sido ocasionado por acidente do trabalho, será pago o valor equivalente a 3 (três) salários nominais (base). A empresa que assim o desejar, poderá fazer substituir esta obrigação por seguro de vida equivalente, cujo custeio deverá ser, ainda que parcialmente, acima de 50%(cincoenta por cento) de sua responsabilidade.



Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page.

29 - OPÇÃO PELO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS

O empregado poderá manifestar sua opção preferencial em relação ao período de gozo de férias individuais, quando da elaboração, pela empresa, da respectiva escala.

Parágrafo único - A empresa na medida de suas possibilidades, programara as férias de seus empregados segundo essa opção preferencial, permanecendo, entretanto, com as prerrogativas contidas no art.136, da CLT.

30 - INICIO DAS FÉRIAS

O início das férias dos empregados devera se dar nos dias imediatamente posterior ao feriado, descanso remunerado ou dia compensado.

31 - TRANSPORTE

Na hipótese da empresa fornecer ou subsidiar transporte para o trabalho, o tempo gasto durante o trajeto entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, não será considerado para fins salariais ou quaisquer outros efeitos trabalhistas.

32 - SUBSÍDIOS PARA MEDICAMENTOS

Recomenda-se as empresas, sempre que possível o seguinte:

- a) O estabelecimento de convênios com farmácias e drogarias para aquisição de remédios pelos seus empregados;
- b) O reembolso mediante adiantamento para desconto em duas parcelas dos medicamentos adquiridos com receita medica cujo custo de aquisição ultrapassem de 20% do salário base do empregado;
- c) O estabelecimento de convênio com farmácias e drogarias, para desconto em folha de pagamento do mês seguinte ao da aquisição dos medicamentos, sempre que não for possível o parcelamento recomendado na letra "b";

33 - COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

I- Para as empresas que optarem pelo regime de compensação da jornada de trabalho, o horário será o seguinte:

- a) Extinção completa do trabalho aos sábados: as horas de trabalho correspondente aos sábados, serão compensadas no decurso da semana, de segunda a sexta feira, com o acréscimo de até no máximo, 2 (duas) horas diárias, de maneira que nesses dias sejam completadas as horas semanais conveniadas, respeitados os intervalos de lei.
- b) Extinção parcial do trabalho aos sábados: as horas correspondentes a duração do trabalho aos sábados, serão da mesma forma compensadas pela prorrogação da jornada de segunda a sexta feira, observadas as condições gerais básicas referidas no item anterior.
- c) Competira a cada empresa, de comum acordo com seus empregados, fixar a jornada de trabalho para efeito de compensação, objetivando a extinção total ou parcial do expediente aos sábados. Dentro das normas aqui estabelecidas com manifestação expressa de comum acordo antes referido, tem-se como cumpridas as exigências legais, sem outras formalidades e com cópia ao sindicato profissional.

II- As empresas poderão estabelecer programas de compensação de dias úteis intercalados com feriados de fim de semana, de sorte que possam os empregados ter períodos de descansos mais prolongados, inclusive nos dias de carnaval, com comunicação ao Sindicato Profissional.

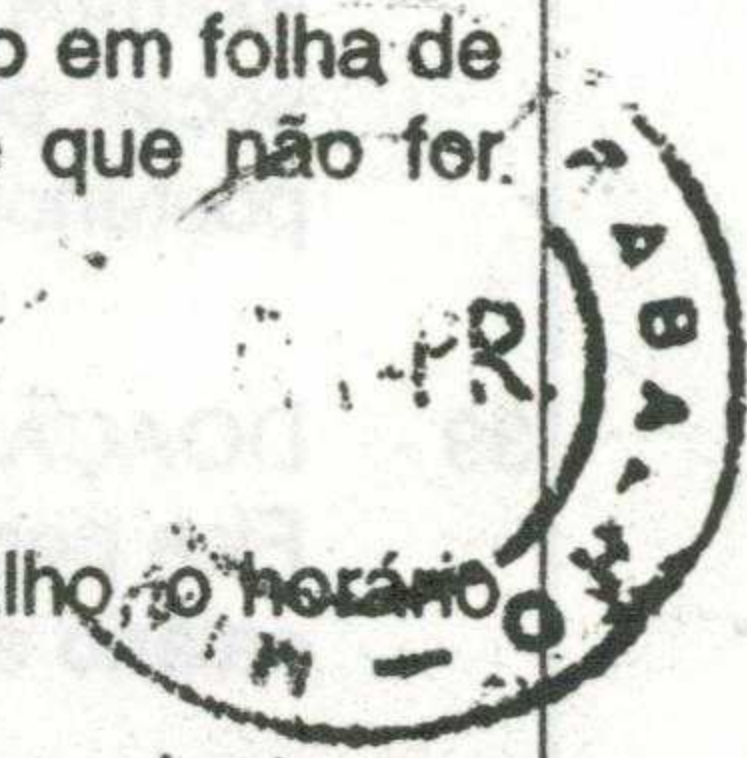
34 - HORÁRIOS ESPECIAIS DE TRABALHO

As empresas poderão firmar acordos com os seus empregados em sua totalidade ou em setores específicos, relativamente a horários especiais de trabalho, tendo em vista manter o processo de produção, evitando assim a interrupção nas áreas em que por motivo de ordem técnica não seja possível a parada de máquinas e/ou equipamentos, com comunicação prévia ao sindicato.

Parágrafo único - O disposto nesta cláusula não se aplica as empresas que se utilizem de turnos de revezamento ininterrupto.

35 - DESCANSO INTRA JORNADA

Tendo em vista que as empresas podem se interessar em obter autorização ministerial para a redução de descanso intra-jornada, o sindicato profissional, desde logo manifesta sua expressa concordância relativamente a esta pretensão.



Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

36 - JORNADA SEMANAL

Segundo o disposto no inciso XIII, do artigo 7 da Constituição Federal, fica estabelecida a jornada de trabalho semanal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com as seguintes condições:

- a) Não serão computadas como horas efetivas de trabalho, todos e quaisquer intervalos, atualmente concedidos e incluídos na jornada de trabalho.
- b) Ficam mantidas as condições mais favoráveis aos empregados que estejam sendo praticadas nas empresas, não ficando estas obrigadas a oferecer condições adicionais, no que se refere a redução de horário.
- c) A redução da duração semanal de trabalho acima estipulada, não implicará na redução do salário final.

37 - ATESTADOS MÉDICOS

As faltas ocorridas por motivo de doença poderão ser justificadas por atestados médicos fornecidos pela instituição previdenciária, bem como por atestados médicos ou odontológicos fornecidos por facultativo do Sindicato profissional.

Parágrafo Único - Tais atestados, que somente poderão ser concedidos até o prazo máximo de 15 (quinze) dias, não serão questionados quanto a sua origem, se portarem o Código Internacional de Doenças (CID), o carimbo do respectivo Sindicato representativo da categoria profissional e a assinatura do seu facultativo.

38 - EXAMES LABORATORIAIS

O empregado será dispensado do trabalho no caso de existir a necessidade de submeter-se a exames laboratoriais, quando solicitado pelo médico da empresa, do sindicato ou da previdência social pelo tempo necessário a realização dos exames, mediante a respectiva comprovação posterior.

39 - DOAÇÃO DE SANGUE

Fica permitido ao trabalhador que necessitar doar sangue, uma vez por ano, sem prejuízo de seu salário e outras incidências de sua falta, desde que devidamente comprovada.



40 - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Será abonada a falta do empregado estudante no horário do exame escolar, inclusive exame vestibular ao curso superior prestado pelo empregado estudante na base territorial de seu sindicato, desde que em estabelecimento oficial, pré-avisado o empregador e feita posterior comprovação.

41 - PAGAMENTO DE PIS

As empresas, quando possível, promoverão o pagamento do PIS aos seus empregados, no próprio local de trabalho. Em caso contrário oferecerá condições para que o empregado receba o PIS.

42 - AUSÊNCIAS LEGAIS

- a) O empregado que contrair matrimônio terá direito a 3(três) dias úteis consecutivos de goza, sem prejuízo de salário, pré-avisado a empresa e mediante apresentação da competente certidão de casamento.
- b) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviços por 1(um) dia em caso de falecimento de sogro ou sogra, mediante comprovação
- c) No caso de internação da esposa, coincidente com a jornada de trabalho, ou de filhos quando houver impossibilidade da esposa ou companheira efetua-la, a ausência do empregado naquele dia, não será considerada para efeito do descanso semanal remunerado, férias e o 13o. salário, apresentada a posterior comprovação.
- d) No caso de ausência do empregado motivada pela necessidade de obtenção de documentos legais pessoais, mediante posterior comprovação, a falta não será considerada para efeito de descanso semanal remunerada, férias e 13o. salário. (não se aplicará esta cláusula "item d", quando o documento puder ser obtido em dia não útil)

Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page.

43 - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os dirigentes sindicais eleitos e no máximo de um por empresa, pertencente ao Sindicato Profissional conveniente, serão liberados por até 15 (quinze) dias, sucessivos ou alternados, no prazo de vigência desta Convenção, para, sem prejuízo de seus salários, nas Empresas onde sejam empregados, possam comparecer a assembléias, congressos, cursos e outras promoções sindicais ou de organismos oficiais, desde que haja a comunicação prévia no mínimo de 5 (cinco) dias úteis, com a comprovação do efetivo comparecimento no evento.

Parágrafo único - As empresas com mais de cem funcionários deverão quando solicitadas, nas mesmas condições do "CAPUT", além do dirigente sindical, liberar mais um funcionário para os mesmos objetivos.

44 - UNIFORMES, FERRAMENTAS E EPI'S

a) As empresas fornecerão, gratuitamente, aos empregados uniformes, ferramentas, macacões e outras peças de vestimenta bem como equipamentos individuais de proteção e segurança, quando exigidas na proteção de serviços.

b) O empregado se obrigara ao uso devido, a manutenção e limpeza adequada dos equipamentos e uniformes que receber e a indenizar a empresa por extravio ou dano, desde que se comprove o caráter doloso. Extinto ou rescindido o seu contrato de trabalho, devera o empregado devolver os equipamentos, que continuam de propriedade da empresa.

c) Quando do fornecimento do equipamento, as empresas instruirão seus empregados quanto ao uso adequado, manutenção e cuidados necessários.

d) Quando, no desempenho de suas funções, for exigido o uso de óculos de segurança, será garantido, gratuitamente, aos empregados com deficiência visual, óculos corretivos de segurança.

e) As empresas fornecerão, sem qualquer ônus ao empregado as ferramentas e instrumentos de precisão, necessários e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos serviços respectivos.

f) As ferramentas ou instrumentos de precisão serão reembolsados pelo empregado na ocorrência de perda ou dano causado pelo uso indevido, ressalvado o desgaste normal das mesmas.

45 - ELEIÇÃO DA CIPA

a) A eleição da CIPA devera ser procedida de ampla divulgação interna, sendo convocada com a antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias, com cópia da convocação enviada ao Sindicato Profissional. O registro de candidatos se dará dentro dos prazos determinados em lei.

b) Após a realização das eleições, o seu resultado com cópia da respectiva ata de posse, devera ser enviado ao Sindicato Profissional, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

46 - EXAMES MÉDICOS

As empresas se obrigam a realizar exames médicos para os empregados, quando da admissão, periódicos e despedida. Os resultados dos exames serão entregues ao empregado, quando por este ou seu médico forem requeridos. Os critérios relativos ao serviços médico, local e outros aspectos aos exames, são de responsabilidade das empresas.

Parágrafo único - As empresas fabricantes ou recuperadoras de baterias, que manipulam óxido de chumbo, submeterão seus empregados a exames médicos específicos.

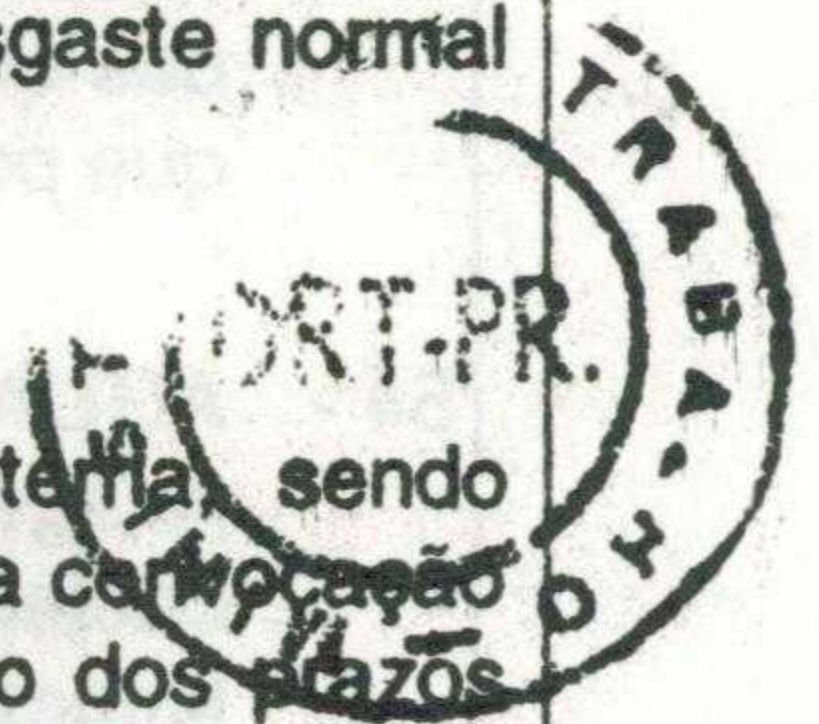
47 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

a) No primeiro dia de trabalho do empregado, a empresa fará o treinamento com equipamento de proteção, dará conhecimento das áreas perigosas e insalubres e informara sobre os riscos dos eventuais agentes agressivos de seu posto de trabalho.

b) O EPI devera ser fornecido gratuitamente, mediante prescrição médica, visando a sua melhor adaptação ao empregado.

48 - AUTOMAÇÃO

Aos funcionários que tiverem suas funções extintas ou modificadas por alterações tecnológicas dos meios ou processos de produção e, dentro das possibilidades da empresa, recomenda-se o treinamento adequado para a aprendizagem e possível readaptação as novas funções.



Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page.

49 - TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

É vedado aos Técnicos de Segurança do Trabalho nas empresas abrangidas pela NR4, o exercício de outras atividades nas empresas durante o horário de sua atuação profissional no respectivo serviço.

50 - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA

As empresas deverão preencher a documentação exigida pelo INAMPS quando solicitada pelo empregado, fornece-la obedecendo aos seguintes prazos máximos:-

- a) Para fins de obtenção de Auxílio doença->5 (cinco) dias úteis;
- b) Para fins de aposentadoria->10 (dez) dias úteis;
- c) Para fins de obtenção de aposentadoria especial->15 (quinze) dias úteis.

51 - PREVENÇÃO DE ACIDENTES COM PRENSAS MECÂNICAS

Recomenda-se às empresas que possuam prensas mecânicas, que busquem a instalação de mecanismos de segurança, que previnam a ocorrência de acidentes com os empregados que operam estas máquina.

Parágrafo único - As empresas deverão, quando da contratação, orientar e treinar os funcionários para a operação de tais máquinas.

52 - NECESSIDADES HIGIÊNICAS

a) Nas empresas que utilizam mão-de-obra feminina, as enfermarias ou caixas de primeiros socorros deverão conter absorventes higiênicos, para ocorrências emergenciais;

b) As empresas proporcionarão, gratuitamente, produtos adequados a higiene pessoal de seus empregados, de acordo com as condições específicas do trabalho realizado.

53 - LOCAL PARA REFEIÇÃO

Recomenda-se as empresas que mantenham em suas dependências, local apropriado, dentro das condições possíveis, para que os empregados possam utilizar para refeições. As empresas que possuam mais de 50 (cincoenta) funcionários, deverão possuir local específico para este fim.

54 - AGUA POTÁVEL

A água potável oferecida aos trabalhadores deverá ser bi-anualmente submetida a análise bacteriológica. Os reservatórios de água deverão ser mantidos nas condições de higiene e limpeza adequada e se possível fora da área de sanitários.

Parágrafo único - As empresas que ainda não efetuaram este exame deverão fazê-lo no prazo máximo de 6 (seis) meses a partir de dezembro/92.

55 - EMISSÃO DE LAUDO DE INSALUBRIDADE

A empresa entregará ao empregado, por ocasião de seu desligamento, quando solicitado pelo empregado, uma cópia do laudo de insalubridade existente, bem como o preenchimento do formulário para aposentadoria especial, para fins de comprovação junto ao Instituto Previdenciário.

56 - COMPLEMENTAÇÃO DE AUXILIO-DOENÇA

As empresas complementarão o valor do salário líquido no período de afastamento por doença ou acidente de trabalho, compreendido entre 16 e 45 dias, em valor equivalente a diferença entre o efetivamente percebido pela Previdência Social e o salário líquido, respeitando sempre para efeito de complementação, o limite máximo da contribuição previdenciária.

Parágrafo Primeiro - Para os empregados que não tem direito por não ter ainda completado o período de carência exigido pela previdência Social, a empresa pagará 70% do salário mensal entre o 16 e 45 dia, respeitado também o limite máximo de contribuição previdenciária.

Parágrafo Segundo - Não sendo conhecido o valor básico da previdência Social, a complementação devera ser paga em valores estimados. Se ocorrer diferença a maior ou a menor, esta deverá ser compensada no pagamento imediatamente posterior.

Parágrafo Terceiro - Excluem-se os empregados afastados durante a vigência do contrato de experiência.



57 - AUXILIO NATALIDADE

Recomenda-se as empresas que efetuem o pagamento do auxilio natalidade a seus funcionários, nas condições da ordem de serviços n.2 do IAPAS/INPS de 22/07/83.

58 - ATENDIMENTO EMERGENCIAL

As empresas que trabalhem no período noturno oferecerão condições de remoção, em caso de acidente do trabalho ou doença, quando necessário o afastamento do empregado do local de trabalho.

59 - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será obrigatoriamente comunicado por escrito ao empregado, contra cópia, esclarecendo se o empregado deve, ou não, trabalhar no período. Facultando-se à empresa determinar o cumprimento do aviso em casa e neste caso por escrito.

Parágrafo primeiro - Quando da comunicação de aviso prévio aos empregados, recomenda-se às empresas que indiquem o dia, período e local do recebimento das verbas rescisórias;

Parágrafo segundo - Os empregados que tenham mais de 10 (dez) anos contínuos de serviços prestados à empresa terão direito a um aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias. Aos empregados que tenham mais de 20 (vinte) anos de serviços prestados à empresa terão direito a um aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

60 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Os empregados com menos de 12(doze) meses de contrato de trabalho que rescindirem, por demissão espontânea, o pacto laboral farão jus ao recebimento de férias proporcionais.

Parágrafo Único - Em decorrência de problemas técnicos, econômicos ou financeiros, as empresas poderão programar e conceder férias antecipadas para os empregados com período aquisitivo de férias incompleto. Excluem-se os empregados demissionários durante o período de experiência.

61 - ABONO POR APOSENTADORIA

O empregado com mais de 5 (cinco) anos na mesma empresa que solicitar demissão em decorrência de sua aposentadoria definitiva, terá assegurado um abono de 1,5(um e meio) salário base.

Parágrafo único -Aos empregados com mais de 10 (dez) anos de serviços na mesma empresa o abono será de 2,0 (dois) salários base.

62 - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

A empresa incorrerá em multa de 1% (um por cento) do valor devido, para hipótese de, ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho, não serem pagas as verbas decorrentes da rescisão até o 10 dia útil após a data em que esta ocorreu, multa esta que incidirá por dia de atraso, e que reverterá em favor do empregado.

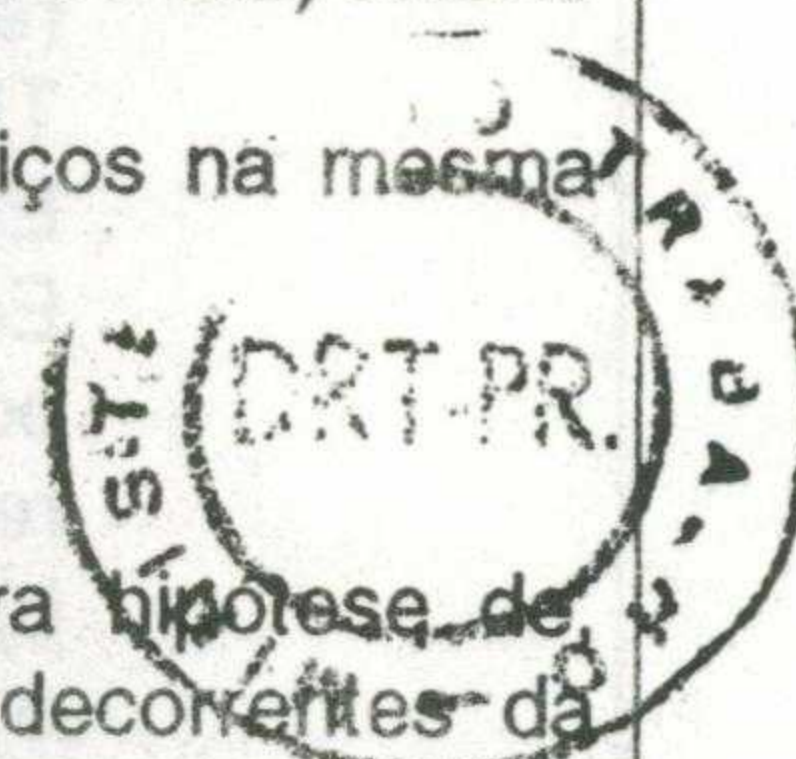
Parágrafo Primeiro - No caso do empregado não comparecer para o recebimento do valor devido, a empresa comunicará o fato ao Sindicato Profissional, isentando-se, em consequência, da referida pena pecuniária.

Parágrafo Segundo - No caso de alegação de cometimento de falta grave, ensejadora de justa causa, incluem-se na obrigatoriedade estabelecida no "caput", apenas as verbas tidas como incontroversas (salário, férias vencidas, etc...).

Parágrafo Terceiro - As empresas por ocasião da homologação de rescisão de contrato de trabalho se obrigam tanto no Sindicato Profissional quanto nos demais órgãos competentes a comprovar o pagamento de reversão salarial e contribuição confederativa ou sindical do funcionário, bem como da contribuição confederativa patronal.

63 - GARANTIA AO TRABALHADOR NO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES

As empresas que encerrarem totalmente suas atividades, e que não efetuem o pagamento das verbas rescisórias aos seus empregados e que após 90 (noventa) dias do encerramento não promoverem qualquer tipo de negociação com os mesmos para efetuar tal pagamento, ainda que parciais, ficam sujeitas a multa de 100% (cem por cento) sobre as verbas rescisórias remanescentes.



Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page.

64 - COMUNICAÇÃO DE FALTA GRAVE

Nos casos de rescisão de contrato de trabalho por justa causa, a empresa devera comunicar ao empregado, indicando por escrito, contra recibo passado pelo empregado, a falta grave cometida pelo mesmo. Havendo recusa do empregado em fornecer o recibo de comunicação à empresa será facultado supri-lo, mediante a assinatura de duas testemunhas e comunicação ao Sindicato Profissional.

65 - COMUNICADOS DO SINDICATO

As empresas colocarão a disposição local apropriado e acessível aos trabalhadores para a fixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, os quais serão encaminhados ao setor competente da empresa.

66 - MULTA POR ATRAZO NO RECOLHIMENTO DE MENSALIDADES

A empresa devera recolher a mensalidade do Sindicato, paga por seus empregados, até 7 (sete) dias após ter sido feito o desconto.

Parágrafo Primeiro - No caso de cobrança feita pelo próprio Sindicato, a empresa terá 5 (cinco) dias após ter sido feito o desconto.

Parágrafo Segundo - No caso de descumprimento dos prazos acima estabelecidos, a empresa fica obrigada a recolher a mensalidade corrigida com base nos índices legais, até o dia do efetivo recolhimento.

67 - TAXA DE REVERSÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Em conformidade com a decisão unânime da Assembléia geral Extraordinária regularmente convocada nos termos do Estatuto vigente para 16.10.92, em atendimento e observância aos preceitos dos incisos XXVI do art 7o. e incisos III e IV do artigo 8o. da Const. Federal de 05.10.88, será procedido o desconto no salário de cada empregado, associado ou não, beneficiado ou não do Sindicato Profissional conveniente, da importância de 16%, em duas parcelas de 8% sobre o salário/remuneração, correspondente ao mês de dezembro/92, e junho/93, a serem pagos até 10.01.93 e 10.07.93 respectivamente.

a) O pagamento da taxa de reversão será efetuado através de guias especiais, que serão enviadas as empresas e devera ser completada com o envio ao Sindicato Profissional, acompanhada da relação nominativa dos empregados contribuintes, com os respectivos valores. Em caso do não recebimento da guia, a empresa poderá enviar o respectivo valor através de ordem de pagamento nominal ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE MARINGÁ, via Banco do Brasil S/A., conta corrente n. 3423-1 ou Caixa Econômica Federal ag. Maringá conta corrente n. 395-003-686-0, enviando posteriormente ao Sindicato a relação nominal dos empregados e respectivos valores recolhidos;

b) O descumprimento pela empresa, do recolhimento da reversão salarial a que se refere o "caput" da cláusula, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, determinara a incidência de multa idêntica a prevista no art.600 da CLT e nos termos da legislação legal;

c) Quaisquer divergências, esclarecimentos ou dúvidas, deverão se tratadas diretamente com o Sindicato Profissional, que assume toda e qualquer responsabilidade em relação a cláusula aprovada.

68 - TAXA DE CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

Considerando decisão da respectiva Assembléia Geral, bem como o artigo 8o. inciso IV da Constituição Federal de 1988, fica estabelecida a taxa de Contribuição Confederativa, que será divulgada pelo Sindicato Patronal.

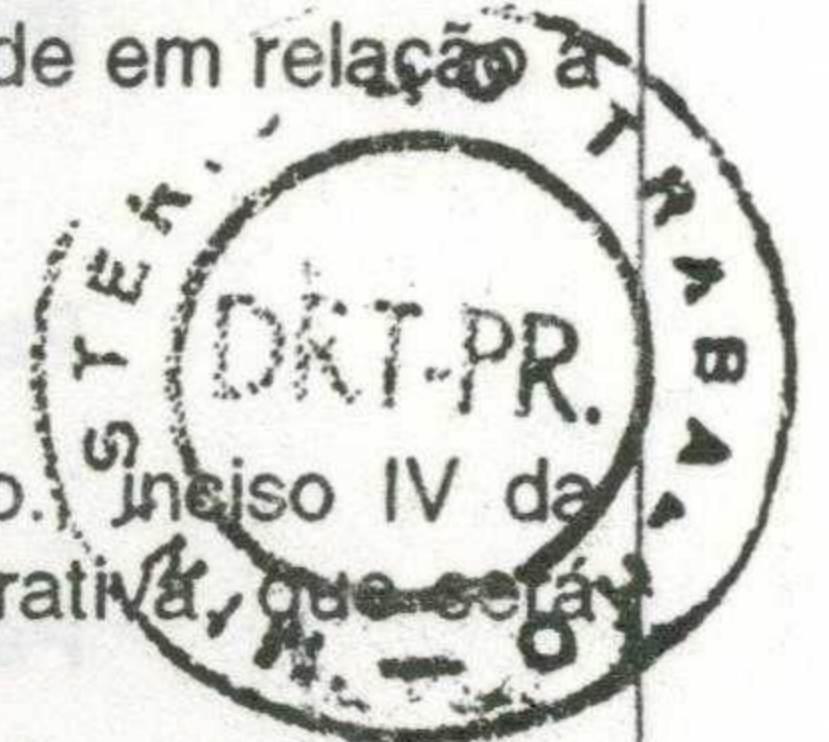
Parágrafo único - Os Sindicatos Patronais promoverão a cobrança também da Taxa de Reversão Patronal com os mesmos critérios do "Caput".

69 - FORO

Fica eleito o foro da sede do Sindicato Profissional, para dirimir conflitos oriundos da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

70 - PENALIDADE

Fica instituída multa penal, por infração as disposições clausuladas nesta Convenção, por empregado, no valor equivalente a 1 (um) valor de referência regional, a qual reverterá em favor do prejudicado.



ÍNDICE

Maringá, 10 de dezembro de 1992.

[Handwritten signature]

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas
Mecânicas e de Material Elétrico de Maringá

[Handwritten signature]

Sindicato das Ind. Met.Mec.Mat.Elétrico de Maringá

[Handwritten signature]

Sindicato das Ind. Met.Mec.Mat.Elétrico de Campo Mourão

[Handwritten signature]

Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acess. de Paranavaí

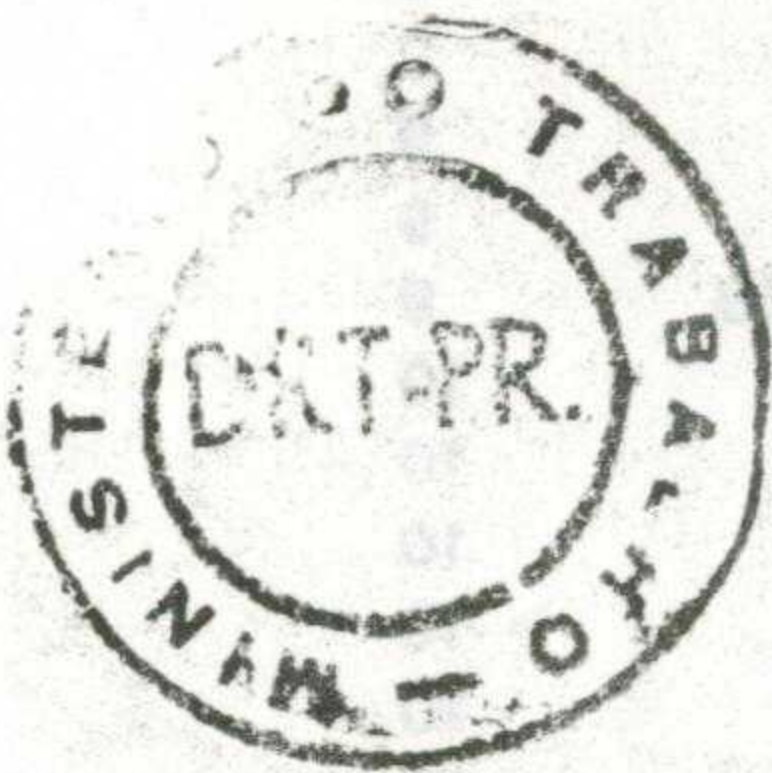
[Handwritten signature]

Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acess.de Maringá

[Handwritten signature]

Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acess.de Umuarama

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO IRRS NO PARANÁ
DIVISÃO DE REGISTRO DE CONTRATO DE TRABALHO



13/12 92
le Inst...
vamente a...
não tendo s...

[Handwritten signature]

As. Servidor e Matrícula

ÍNDICE

01	PRAZO DE VIGÊNCIA	1
02	CATEGORIAS ABRANGIDAS	1
03	CORREÇÃO SALARIAL	1
04	COMPENSAÇÕES	1
05	ADMISSÕES APÓS A DATA BASE	1
06	REVISÃO TRIMESTRAL	2
07	PISO SALARIAL	2
08	SALÁRIO DO COMISSIONADO	2
09	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO/VALE	2
10	PAGAMENTO DO SALÁRIO	2
11	ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO	2
12	HORAS EXTRAS	3
13	SALÁRIO ADMISSÃO	3
14	SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO	3
15	COMPROVANTES DE PAGAMENTO	3
16	DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	3
17	PROMOÇÕES	3
18	ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CARTEIRA PROFISSIONAL	3
19	PREENCHIMENTO DE VAGAS	3
20	DEFICIENTES FÍSICOS	3
21	CONTRATO DE EXPERIÊNCIA	4
22	TRABALHO TEMPORÁRIO	4
23	TESTE ADMISSIONAL	4
24	ESTABILIDADE DA GESTANTE	4
25	EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA	4
26	EMPREGADOS COM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR	4
27	AUXILIO EDUCAÇÃO	4
28	AUXILIO FUNERAL	4
29	OPÇÃO PELO PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS	5
30	INICIO DAS FÉRIAS	5
31	TRANSPORTE	5
32	SUBSÍDIOS PARA MEDICAMENTOS	5
33	COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	5
34	HORÁRIOS ESPECIAIS DE TRABALHO	5
35	DESCANSO INTRA JORNADA	5
36	JORNADA SEMANAL	6
37	ATESTADOS MÉDICOS	6
38	EXAMES LABORATORIAIS	6
39	DOAÇÃO DE SANGUE	6
40	ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE	6
41	PAGAMENTO DO PIS	6
42	AUSÊNCIAS LEGAIS	6
43	LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS	7
44	UNIFORMES, FERRAMENTAS E EPI'S	7
45	ELEIÇÃO DA CIPA	7
46	EXAMES MÉDICOS	7
47	MEDIDAS DE PROTEÇÃO	7
48	AUTOMAÇÃO	7
49	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	8
50	PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA	8
51	PREVENÇÃO DE ACIDENTES COM PRENSAS MECÂNICAS	8
52	NECESSIDADES HIGIÊNICAS	8
53	LOCAL PARA REFEIÇÃO	8
54	ÁGUA POTÁVEL	8
55	EMIÇÃO DE LAUDO DE INSALUBRIDADE	8
56	COMPLEMENTAÇÃO DE AUXILIO-DOENÇA	8
57	AUXILIO NATALIDADE	9
58	ATENDIMENTO EMERGENCIAL	9
59	AVISO PRÉVIO	9
60	FÉRIAS PROPORCIONAIS	9
61	ABONO POR APOSENTADORIA	9
62	PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS	9
63	GARANTIA AO TRABALHADOR NO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES	9
64	COMUNICAÇÃO DE FALTA GRAVE	10
65	COMUNICADOS DO SINDICATO	10
66	MULTA POR ATRAZO NO RECOLHIMENTO DE MENSALIDADES	10
67	TAXA DE REVERSÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS	10
68	TAXA DE CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL	10
69	FORO	10
70	PENALIDADE	10